

Política?! – A mudança de sentido em tempos de indignação¹***Politics?! – The change of meaning in times of indignation***Amanda MEDEIROS²**Resumo**

Objetivo aqui refletir sobre os sentidos atribuídos à palavra *política* no Brasil contemporâneo, marcado por 1- práticas corruptas dos *políticos profissionais*, 2- forte atuação de movimentos sociais de resistência, 3- consequente disputa de poder que este cenário oferece. Para tentar responder às indagações – Política para quem? Feita por quem? E com que finalidade? –, utilizo materiais que circularam na imprensa brasileira revelando os sentidos vinculados ao termo em tempos de indignação. Acredito que as práticas corruptas dos “profissionais do ramo” – *politicagem* – causam indignação na sociedade civil e fazem com que esta desacredite da classe política como um todo; tal indignação é o elemento catalisador dos movimentos sociais, que ao enxergarem uma crise de representatividade buscam um lugar de fala legítimo para atuar – em oposição à *politicagem* –, e alcançar reconhecimento. É no embate, portanto, entre novos e velhos atores, que o sentido da política tem sido revisitado.

Palavras-chave: Política. Corrupção. Indignação. Movimentos sociais. Políticos profissionais.

Abstract

In this paper, I aim to reflect about the meanings attributed to the *political* word in contemporary Brazil, marked by 1- the corrupt practices of professional politicians, 2- the strong performance of social movements of resistance, 3- the consequent power struggle that this scenario offers. To try to answer the questions - Policy for whom? Made by who? And for what purpose? - I use materials that circulated in the Brazilian press and that tell us a lot about the meanings attributed to the term in times of indignation. I believe that the corrupt practices of professional politicians - *politicking* - cause indignation in civil society, and cause it to discredit the political class as a whole; this indignation, is the catalyst for social movements, which, seeing a crisis of representativeness, seek a legitimate place of speech to act - as opposed to *politicking* -, and achieve recognition. It is in the clash, therefore, between new and old actors that the meaning of politics has been revisited.

Keywords: Politics. Corruption. Indignation. Social movements. Professional politicians.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no GT História da Mídia Alternativa, integrante do V Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, realizado no ano de 2018, em Belo Horizonte.

² Doutoranda em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM da ECO/UFRJ. Pesquisadora do grupo de estudos NEMES/CNPq. E-mail: amanda.cnth@gmail.com

Introdução

“Não é razoável obstrução de via pública, é nítido que há uma ação política no movimento. Há uma nítida ação política”³. Foi ainda em dezembro de 2015, em um contexto de ocupação das escolas públicas de São Paulo por parte da sociedade civil organizada, que o governador do estado, Geraldo Alckmin – filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – proferiu a frase de abertura deste trabalho. A declaração repercutiu na imprensa nacional como sendo uma denúncia feita pelo gestor diante dos movimentos de resistência à implementação do plano de reorganização escolar, a partir do qual mais de 90 unidades seriam fechadas e cerca de 300.000 alunos remanejados.

Em um texto publicado no *El País – É política sim, Geraldo - Enquanto o Brasil vive o rebaixamento do exercício político, os estudantes paulistas mostraram que é possível estar com o outro no espaço público*⁴ – a colunista Eliane Brum refletiu sobre o caso, questionando a afirmação de Alckmin: “o que o governador denuncia? Que o movimento é político. Qual seria a acusação? É óbvio que o movimento é político. E a melhor qualidade do movimento é justamente a de que é político”. A escritora afirmou ainda que, a julgar pela declaração e atos do governador, a política seria, para ele, algo obscuro, “tanto que ele precisa denunciá-la. E insinuar que os estudantes estão sendo instrumentalizados por interesses partidários e ideológicos.”

Tal discussão é sintomática e vai muito além de um caso isolado, uma vez que, de 2015 até aqui, acontecimentos semelhantes multiplicaram-se pelo país. De um lado, *políticos profissionais*⁵ acusam e denunciam a sociedade civil organizada pelos seus atos, sob o argumento de que estes seriam partidários e ideológicos. De outro lado, a sociedade civil desacredita das ações políticas levadas à cabo por esses “profissionais do ramo” –

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-onda-de-protestos-alcmin-diz-que-ha-nitida-acao-politica-18196993>. Visto em: 10 dez. 2017. Todos os fragmentos de texto retirados dos materiais jornalísticos serão expostos sem indicação de página, tendo em vista não haver identificação do tipo nos meios online em que tais conteúdos circularam.

⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html. Visto em: 10 dez. 2017.

⁵ Utilizaremos a expressão *políticos profissionais* para nos referir àqueles que foram eleitos pelo povo para ocupar cargos públicos nos poderes legislativo, executivo e judiciário.

como os nomeou Eliane Brum⁶ –, visto que a esfera política brasileira está completamente afetada pela ideia de corrupção.

É a partir deste movimento de mão dupla que objetivo desenvolver reflexões exploratórias sobre os sentidos construídos acerca da ideia de política no cenário brasileiro que tem se desenhado, especialmente, nos últimos quatro anos. Com esta finalidade, discuto pontos críticos do já referido material da jornalista Eliana Brum – em paralelo com outros textos midiáticos que com ele dialogam –, amparados em abordagens teóricas recentes que, por tratarem da história do tempo imediato (LACOUTURE, 1990), são capazes de nos falar muito sobre esta possível *crise de sentido* da política na contemporaneidade. Face ao exposto, lanço mão de algumas indagações para que nos sirvam de pistas no desenrolar desta reflexão: Política!? Que política?! Política para quem? Feita por quem? E com que finalidade?

Da política à politicagem: a dinamicidade de sentido

Por mais estáticos que possam parecer os significados das palavras dentro de determinada cultura, o fato é que estes possuem uma carga de dinamicidade. Quando fazemos o esforço de buscar a etimologia de um termo, bem como de tentar entendê-lo através de marcações temporais e espaciais, notamos claramente a presença de mudanças de sentido, mesmo que este processo se dê de forma sutil. Sendo assim, interessa-me refletir acerca do que nos fala, no contemporâneo, a palavra *política*; antes, contudo, faz-se necessário revisitar brevemente o seu significado mais primitivo.

De origem grega, o termo *política* (*politika*) deriva de *polis*, que por sua vez é traduzida como cidade-estado. Para Aristóteles (1991), o homem é naturalmente um animal político, e a política a ciência suprema que tem por objetivo a felicidade humana. O pensador enxergava tal ciência a partir de duas faces, a ética, e a política propriamente dita, as quais, respectivamente, se preocupariam com a felicidade individual e coletiva dos sujeitos na *polis*. Seria a política, portanto, resultante da conduta virtuosa – em termos éticos e morais – dos sujeitos que atuavam na busca pela sabedoria e pelo conhecimento.

⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html. Visto em: 10 dez. 2017.

O Dictionnaire Philosophique (COMTE-SPONVILLE, 2013, p. 711) nos oferece uma acepção ampla do termo ao afirmar que política diz respeito à “tudo que concerne à vida da cidade (*polis*), e especialmente às relações de conflito, de força ou de poder”⁷. Mas quem estaria, hoje, por trás dessas relações? Em uma sociedade grega, o ofício da política cabia aos políticos por profissão (*politikos*), sendo estes homens públicos que se dedicavam ao governo da *polis*, colocando o bem comum acima de seus interesses individuais.

Já no contexto inglês do século XVI, *politician* dizia respeito a alguém que recorria a intrigas para alcançar cargos públicos. Se hoje concebemos o político profissional como aquele que, eleito, deve representar o povo diante de questões de interesse coletivo, as disputas políticas que se desenrolam na sociedade contemporânea, em muito sustentadas pela ideia da *politicagem* – a qual envolve interesses pessoais, troca de favores, e realizações insignificantes – nos levam a pensar que estamos fazendo uma espécie de trajetória contrária, indo ao encontro, novamente, deste político tal como concebido no século XVI.

Ao olhar, portanto, para o tempo presente – marcado pela ascensão dos movimentos sociais, polarização política, escândalos de corrupção, etc – e considerar a dinamicidade do sentido das palavras, enxergo necessário refletir sobre tais significados a partir de algumas interrogações, as quais são desdobramentos das questões iniciais (pistas) apresentadas na abertura deste texto, e assumem, daqui por diante, o papel de fio condutor: de que política estamos falando? quem são os (novos⁸ e velhos) atores políticos do tempo presente?

Para explorar tais indagações, me amparo, pois, no argumento central de que vivenciamos um momento histórico peculiar, da política em tempos de indignação (INNERARITY, 2017). Josep Ramoneda⁹ (2017, p. 15) chamou atenção para o fato de que a indignação não é uma revolução, nem é, em si mesma, uma política:

⁷ No original: Tout ce qui concerne la vie de la Cité (pólis), et spécialement las gestions des conflits, des rapports de force ou du pouvoir. (Tradução minha)

⁸ Ao usar o termo *novo* para me referir aos movimentos sociais, não estou pretendendo afirmá-los como algo que só surgiu recentemente - o que seria um equívoco. A ideia de *novos atores*, aqui, reside na relação com a lógica da política tradicional (*velhos atores*).

⁹ O jornalista, filósofo e escritor espanhol assinou o prólogo do livro *A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia*, de autoria de Daniel Innerarity (2017).

Inicialmente talvez pudesse se situar na esteira das esporádicas reações morais dos anos anteriores à crise. A novidade é que desta vez não se limitou a atos de protesto testemunhais e efêmeros, pelo contrário, ganhou corpo em movimentos sociais e sobretudo – esta é que é a grande mudança – procurou transformar a política a partir de dentro do sistema institucional. Desse modo, entrou na luta pelo poder e pela sua redistribuição. Essa foi a grande surpresa, que gerou desconcerto nas elites dirigentes, tanto políticas quanto midiáticas e econômicas.

A crise à qual refere-se o autor teve início ainda em 2011, assumindo um caráter estritamente econômico. A indignação daí advinda acabou por garantir a este fato uma dimensão política, e foi dos movimentos sociais a responsabilidade de por em evidência não só o caráter político desta crise, mas também social, cultural e moral. Entendamos, portanto, qual o papel desses movimentos – enquanto *novos* atores políticos – nos embates contemporâneos, bem como o porquê de eles estarem sendo acusados de “fazer política”.

Novos e velhos atores políticos (em combate)

Embora não exista, para Jasper (2016, p. 23), uma fronteira clara entre movimentos sociais e outros fenômenos como revoluções, motins, partidos políticos e grupos de interesse, algumas características, quando somadas, auxiliam na definição do que seria um movimento social: “são esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais sancionados pelas autoridades” (grifos nosso). Tais características, desde já, possibilitam que enxerguemos a relevância do papel político que estes movimentos assumem na sociedade.

Para melhor compreensão da amplitude do conceito, algumas ideias precisam ser esclarecidas: a persistência a qual o autor se refere, indica que tais movimentos vão além de eventos isolados, com começo, meio e fim pensados previamente, como reuniões e assembleias; ela pode levar ao desenvolvimento de organizações formais, apesar de este modelo de estrutura não ser um pré-requisito básico para a configuração de um movimento social. No que tange à intencionalidade, temos que

A palavra “intencional” vincula os movimentos a cultura e estratégia: pessoas têm ideias sobre o que desejam, e como consegui-lo, ideias

que são filtradas tanto pela cultura quanto pela psicologia individual. Movimentos têm propósitos, mesmo quando estes digam respeito a transformar os próprios membros (como ocorre em muitos movimentos religiosos e de autoajuda) e não o mundo fora deles (JASPER, 2016 p. 24).

A não institucionalidade dos movimentos sociais os distingue estruturalmente de partidos políticos e grupos de interesse, uma vez que estes são “partes regulares e permanentemente financiadas da maioria dos sistemas políticos” (JASPER, 2016, p. 24). Todavia, é comum que movimentos socialmente organizados, em seus processos de luta em torno de determinada causa, acabem por criar e/ou manter relações próximas com entidades deste tipo. Estas e outras entidades, assim como indivíduos – líderes políticos e/ou religiosos, lideranças de movimentos similares e/ou de oposição, artistas, intelectuais, profissionais da mídia, etc. – são atores estratégicos para um movimento. Os seus diferentes lugares de fala e capacidade de influência fazem que com tais atores estejam sempre observando uns aos outros; quando oportuno, estarão vinculados ou de lados opostos.

Seja especificamente no caso aqui explorado – dos estudantes secundaristas – , ou em situações semelhantes que se espalharam pelo Brasil desde as *Jornadas de Junho de 2013*, a ocupação do espaço público objetivava reafirmar a necessidade do diálogo em um regime dito democrático; todavia, uma imagem de oportunismo ideológico e partidário foi construída em torno desses movimentos. Aos que a eles se opunham cabia o esforço pela deslegitimação dos seus atos políticos, mesmo que, para isto, fossem necessários a imposição de valores ditos *corretos* e/ou o uso da força física¹⁰, como mostra o fragmento texto abaixo, escrito pela colunista Eliane Brum:

Assim, na lógica de “guerra”, Geraldo Alckmin respondeu ao exercício da política com bombas de gás, com golpes de cassetete e agressões físicas e psicológicas [...]. Respondeu com repressão, como já tinha feito nas manifestações de 2013. Respondeu como um general alinhado ao golpe de 1964 responderia durante os anos de chumbo. A Polícia Militar é o que sobrou de lá, aqui¹¹.

¹⁰ Durante o período de ocupação das escolas a imprensa brasileira fez circular um grande número de textos que reafirmam o que foi colocado por Eliane Brum: “O dia em que cem policiais sitiaram uma escola ocupada em São Paulo” (https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/11/politica/1447273812_584840.html); “Alckmin aumenta repressão policial em protestos contra fechamento de escolas” (<http://noticias.r7.com/educacao/alckmin-aumenta-repressao-policial-em-protestos-contra-fechamento-de-escolas-03122015>).

¹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html. Visto

Nos discursos do governador Geraldo Alckmin, a essência política dos atos de resistência diante do seu plano de reorganização escolar fora abstraída, restando apenas a ideia disseminada de que tais atos não passavam de “obstrução da via pública”, “vandalismo”, “desordem”. Com tal abstração, o lugar dos movimentos sociais enquanto atores políticos fora intencionalmente diminuído. Os fatos apontados por Eliane Brum em sua coluna¹² provaram, contudo, que, no embate entre novos e velhos protagonistas do campo da política, os movimentos socialmente organizados mantiveram-se a postos:

Enquanto a política em Brasília, aquela feita por profissionais do ramo, era rebaixada a chantagens e tomaladacá, adolescentes deram ao país uma lição de política em sua expressão mais completa. Organizaram-se, ocuparam 196 escolas, responsabilizaram-se por elas – consertando, limpando e cuidando [...]. Foram reprimidos violentamente por isso. [...]. Mas resistiram. E venceram. E, como o que venceu foi a política contra o autoritarismo da verdade única e da força bruta da PM, vencemos todos.

Não é de hoje que as lutas travadas na sociedade contam com coletivos socialmente organizados e engajados politicamente; entretanto, na era das redes, das responsabilidades globais e de problemas cada vez mais complexos, os atores políticos que sustentam tais movimentos não mais aceitam se colocarem à margem do todo – ou serem projetados para esta zona –, reivindicando um lugar de fala legítimo para si, a partir do qual possam ser ouvidos, ocupando o espaço público e atuando efetivamente em torno de suas causas. Innerarity (2017, p. 30) explica que “a intensidade dos nossos debates políticos obedece, em última instância, ao fato de vivermos num momento em que se procede a uma redistribuição da autoridade política”. Ao que parece, enquanto os movimentos sociais se posicionaram estrategicamente em meio a este rearranjo, a classe política detentora do poder institucionalizado viu-se ameaçada.

Tal ameaça (constante) constitui-se como fator crucial para que os ditos “profissionais do ramo” busquem, como já apontado anteriormente, pela deslegitimação do papel político dos movimentos socialmente organizados, o que, em tempos de

em: 10 dez. 2017.

¹² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html. Visto em: 10 dez. 2017.

sociedade em rede e de indignação, se torna uma tarefa cada vez mais desafiadora. Ao falar dos estudantes secundaristas que protagonizaram as ocupações das escolas no estado de São Paulo, Eliana Brum afirma¹³:

Os herdeiros do processo de redemocratização lento, frágil e precário que vivemos há 30 anos, das ações imperfeitas de inclusão social, provaram que, se a moldura do espaço público for a democracia, há lugar para as diferenças, há lugar para o outro. Aqueles que muitos acreditavam “sem futuro”, porque sem presente, ensinaram aos adultos que a política é o exercício de estar com o outro no espaço público. [...] E fizeram o que parecia impossível no atual momento do Brasil: resgataram a política.

Esses mesmos movimentos sociais, acusados com frequência de serem estritamente partidários e de atuarem contra questões de interesse público – como a liberdade de ir e vir sem ser interrompido –, demonstram esgotamento diante da forma como funciona o âmbito profissional da política – seus processos, atores e dilemas centrais.

Em matéria publicada pelo portal Uol, intitulada *Pós-ocupação escolar, secundaristas compartilham aversão à política 'velha'*¹⁴, os estudantes entrevistados compartilham do pensamento de que precisam resistir à lógica da política tradicional, construindo, para tanto, modelos mais participativos de gestão das questões de interesse público: “A gente não concorda com política partidária e política institucional, velha. É mais difícil construir uma luta autônoma, mas é muito mais gostoso só a gente, sobrevivendo por nós mesmos”, declarou ao portal de notícias a líder estudantil Lilith Cristina Passos Moreira.

Na mesma matéria, o fotógrafo e ativista Marcelo Rocha afirmou que “o movimento autônomo vem questionar a política, mas com a disposição de renovar. Engessado dentro de um partido, você não vai poder fazer uma crítica”. É nesta linha de raciocínio que, para além de uma mudança de sentido na palavra, podemos afirmar estarmos vivendo uma crise de representatividade política. Os velhos atores políticos já não parecem mais ocupar os seus lugares de forma eficaz e eficiente; são diversos os

¹³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html. Visto em: 10 dez. 2017.

¹⁴ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/09/09/pos-ocupacao-escolar-secundaristas-compartilham-aversao-a-politica-velha.htm>. Visto em: 17 dez. 2017.

questionamentos em torno da maneira como atuam tais profissionais. Para Innerarity (2017, p. 34), a questão reside no seguinte dilema:

Quando as águas da política se agitam – e isso é algo que costuma acontecer com frequência – reaparece a eterna questão de saber se aqueles que a ela se dedicam são as pessoas indicadas. A atenção se dirige não tanto (ou não somente) para o *como* se faz, e sim para *quem* a faz. Essa interrogação levanta a suspeita de que talvez se trate de um ofício que está sendo monopolizado por quem não deveria.

Num contexto de crise de representação política, o *como* faz e o *quem* faz estão diretamente atrelados às ideias de incompetência e/ou corrupção. Como dito no início deste texto, se, por um lado, os *políticos profissionais* fazem acusações e tentam deslegitimar o papel dos movimentos sociais, por outro, tais movimentos e a sociedade civil de uma forma geral vivenciam atualmente, pelo motivos já mencionados, uma fase de descrença no trabalho dos que compõem a classe política. Os recentes fatos que escancaram a presença constante da corrupção na política institucional brasileira explicam, em muito, o porquê de a indignação vir atrelada à descrença.

Apesar das várias possibilidades de abordagem dessa relação, concentro-me aqui na maneira como a indignação e a descrença refletem nos movimentos sociais, levando-os a ações de resistência e/ou enfrentamento político. Tendo em vista que “os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações” (CASTELLS, 2017, p. 189-190), tentar traçar a relação direta entre a indignação e determinados atos politicamente engajados me parece um caminho lógico. É neste sentido que tenho ido da política à politicagem, da representatividade à descrença, discutindo o que permeia estas passagens, bem como o quanto a ideia essencial de política tem sido atravessada por questões do tempo presente.

Castells (2017, p. 189) explica que, ao longo da história, os movimentos sociais se constituíram como alavancas da mudança social:

Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjunção de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes

encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas.

O caso anteriormente abordado, em que estudantes secundaristas afirmam estar cansados da “velha política” e, por este motivo, se engajam em movimentos sociais autônomos, exemplifica bem o que o autor quis dizer quando se referiu a “tomar as coisas em suas próprias mãos”. Para Innerarity (2017, p. 18), a política tem um horizonte emancipador, “é o único poder ao alcance dos que não têm poder. E não se pode deixá-los à parte”. Todavia, Castells (2017) ressalta que o caminho para a mudança política é longo, e vai muito além; no Brasil, ainda estaríamos em uma fase de processamento de inserção dos movimentos sociais na prática política, inserção esta que se mostra como uma condição para que esses movimentos possam influenciar, de fato, tal esfera da sociedade.

Mesmo considerando coerente o pensamento de Castells (2017), enxergo nos movimentos sociais contemporâneos forte engajamento no sentido da mudança política. Reconheço que se trata de um processo, e que, neste contexto, outras etapas ainda precisarão ser cumpridas para que o lugar de fala desses grupos socialmente organizados seja tomado como legítimo. Acredito ainda que a crise de representatividade enfrentada pelos *políticos profissionais* acaba por contribuir com a legitimação do lugar de fala desses movimentos, uma vez que reside neles, em muito, a possibilidade de uma outra forma de se fazer política.

A política em tempos de indignação: corrupção e crise de representatividade

Segundo pesquisa realizada em 2013 com mais de 70.000 pessoas em 69 países, a corrupção seria o problema número 1 do mundo (HOLMES, 2015), e de forma contraditória, é o fato de ser um problema que faz dela um elemento catalisador da ação política por parte dos movimentos sociais. Neste sentido, trata-se da chave de sustentação das seguintes assertivas: 1- a indignação é o ponto de partida para a ação política de movimentos sociais diversos, 2- a corrupção é a causa maior desta indignação, e 3- a descrença na classe política é a consequência direta dos atos corruptos atrelados a ela.

Não diferente do que já foi dito sobre a palavra *política*, o significado do termo *corrupção* nem sempre foi o mesmo, apesar de se tratar de uma questão polêmica desde o início da história da humanidade. Holmes (2015, p. 22) explica que, em seu sentido tradicional, corrupção referia-se à impureza moral; a palavra teria origem latina e significaria algo que “estraga, polui, abusa ou destrói”, a depender do contexto. Com o passar dos séculos e atravessamento de diferentes culturas, o conceito passou por mudanças, e tem sido usado, de uma forma geral, “para descrever qualquer desvio da norma que seja considerado impróprio. [...] hoje em dia o termo refere-se, primordialmente, à comportamentos inapropriados por parte de quem mantém uma posição oficial¹⁵”.

O que seria, no entanto, um comportamento inapropriado e uma posição oficial? Estas indagações são pontos críticos que cercam a ideia de corrupção, fazendo com que o conceito, ainda hoje, tenha formas imprecisas: 1- seria a corrupção o abuso, especificamente, de cargos públicos para o ganho privado? ou 2- o abuso de um poder confiado – seja ele vinculado ou não a um cargo público – também no sentido do ganho privado? Interessa-me, aqui, a corrupção enquanto vinculada aos “profissionais do ramo” da política, logo, a primeira das definições apresentadas acima.

Todavia, considerar a corrupção como abuso de cargos públicos para ganhos privados não nos livra de novos questionamentos, o que reafirma a complexidade conceitual do termo. Neste sentido, às indagações já expostas como duas novas perguntas lançadas por Holmes (2015, p. 23): o abuso de cargos públicos diz respeito somente a comportamentos inapropriados relacionados a questões econômicas, como fraudes e subornos? – “corrupção moderna” –; ou este abuso inclui também questões de cunho social, como a indicação de algum familiar (nepotismo) ou amigo para ocupar determinados cargos públicos sem que seja o mais qualificado tecnicamente para isto? – “corrupção tradicional”.

Quando as manifestações de junho de 2013 tomaram grandes proporções e se espalharam pelo Brasil, a corrupção entrou em pauta, e já não se protestava apenas pelos R\$ 0,20 relativos ao aumento de passagens do transporte público. Ao mesmo tempo em que eram reivindicadas melhores condições de saúde, educação, segurança, transporte, etc, os atos corruptos – “modernos” e/ou “tradicionais” – dos *políticos profissionais*

¹⁵ No original: to describe any deviation from the norm that is considered improper. [...] the term nowadays refers primarily to improper behaviour linked to one’s official position. (Tradução minha)

eram apontados pelos manifestantes como a causa maior da deficiência desses serviços básicos. Desde então, fatos envolvendo profissionais da política e corrupção multiplicaram-se nas manchetes dos jornais, e não por acaso, em 2016 o Brasil foi eleito o 4º país mais corrupto do mundo segundo o Fórum Econômico Mundial¹⁶.

O destaque dado a práticas corruptas não traz, em si, nenhuma surpresa, visto que estas são quantitativamente relevantes e impactam diretamente sobre indivíduos, grupos e organizações (incluindo o próprio Estado) de diversas maneiras. Holmes (2015) esclarece que enquanto alguns efeitos parecem óbvios, outros são menos perceptíveis, mas de uma forma geral, os atos corruptos têm implicações – simultâneas – em termos social, ambiental, econômico, político, relacionado à segurança e a questões internacionais. Desta forma, é compreensível o fato de a corrupção, nos últimos anos, ter se tornado ponto central nas pautas de reivindicação de movimentos sociais no cenário brasileiro, despertando e, mesmo, alimentando a indignação do povo perante a classe política.

Seja por vias da corrupção “tradicional” ou “moderna” (HOLMES, 2015), o que estamos vivenciando desde então é, como já dissemos, uma crise de representatividade. As práticas dos “profissionais do ramo” passaram a ser vistas muito mais como *politicagem*, que como política em sua essência, e, logo, suscitaram questionamentos. Neste cenário de crise, a imagem dos partidos políticos também foi afetada, e não raro argumenta-se sobre a necessidade do fim desses partidos como medida drástica para a redução do poder dos *políticos profissionais*.

Os partidos dedicam-se sobretudo a governar ou a esperar que chegue a sua vez de governar. O centro da gravidade desloca-se para as responsabilidades institucionais, os partidos passam a ser controlados a partir dos governos, e enfraquece-se a sua função de identificação e de representação dos interesses e das exigências sociais, as quais, muitas vezes são até incapazes de entender (INNERARITY, 2017, p. 46).

Ao não cumprirem com três de suas principais funções – representação, recrutamento de pessoal competente, e reconhecimento do cidadão como ator político – os partidos políticos tornam-se instituições enfraquecidas, e “a consequência disso é que muitas vezes a verdadeira oposição é feita pelos movimentos sociais e pelas

¹⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/03/internacional/1475517627_935822.html. Visto em 20 dez. 2017.

manifestações que via de regra se situam à margem dos partidos convencionais” (INNERARITY, 2017, p. 46). Temos, pois, um ponto contraditório: os mesmos sujeitos que não foram reconhecidos pelos partidos enquanto atores políticos organizam-se coletivamente, fazem política “com as próprias mãos” e, com frequência, buscam o fim dessa instituição social.

Com as possibilidades de interação ampliadas, as funções sociais menos rígidas e estáveis, e a predominância da lógica dos fluxos em detrimento da lógica dos lugares, a “democracia dos partidos” – em que a sociedade era vista como sendo composta por partes homogêneas, estandarizadas, classificáveis e geríveis – cedeu lugar à “democracia do público”. Sobre este novo cenário, Innerarity (2017, p. 44) explica que o “panorama líquido [...], cujos fluxos não possuem uma direção reconhecível, afeta tanto o público quanto os seus representantes, a sociedade e os partidos políticos. Aos primeiros lhes confere uma desconcertante imprevisibilidade”.

Se antes os partidos, além de gerirem os processos institucionais da representação, também atuavam no sentido de orientar a cultura e os valores de modo que fosse possível prever o comportamento político e eleitoral da massa, enxergar atuação semelhante nos dias presentes é algo difícil. A crise de representatividade enfrentada por estes partidos é causa e consequência da perda de seu “capital político”, e a recuperação desse capital depende, em muito, das decisões tomadas pelo eleitor como sujeito político ativo – com toda a sua margem de fluidez e imprevisibilidade – que cada vez mais combate “a distância, o elitismo ou a insensibilidade em relação aos problemas das pessoas que, em princípio, a classe política representa” (INNERARITY, 2017 p. 32).

Considerações finais

Caso esta reflexão fosse desenvolvida em um contexto que não o do caos político que vivenciamos hoje no Brasil, possivelmente os sentidos atribuídos à palavra *política* seriam outros, talvez não tão distantes da sua essência. Acusar – com todo o peso que esta palavra carrega consigo – alguém de “fazer política”, bem como desacreditar da política colocada em prática por aqueles que foram eleitos para ocuparem os cargos de “profissionais do ramo” são fortes indícios de que não estamos

falando de uma só *política* – consequentemente, não estamos tratando de um único ator político, de uma só finalidade, ou mesmo de uma forma específica de se fazer política.

Se o fazer político, por diversas circunstância, esteve por longas datas concentrado nas mãos de poucos, em tempos de indignação e de forte engajamento da sociedade civil, a exclusividade dessa prática passou a ser cada vez mais questionada e combatida por novos atores da cena contemporânea:

Os movimentos sociais em rede têm o potencial de provocar mudanças no sistema político [...]. Em todos os casos, a mudança tem origem na influência desses movimentos sobre a mentalidade das pessoas, individual e coletivamente, seja articulando o que elas sentem e pensam, seja criando a possibilidade de resistência à ordem atual, ou apresentando projetos alternativos em termos de vida e democracia (CASTELLS, 2017, p. 239).

Não por acaso estes novos atores políticos, engajados e conectados em rede, optaram por “fazer política com as próprias mãos”. A partir da discussão aqui apresentada, e apesar da complexidade da questão – que resulta em seguidas e inevitáveis indagações –, é possível pensar esquematicamente, como já dito, os lugares da indignação e da corrupção no cenário de atuação dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: as práticas corruptas dos “profissionais do ramo” causam indignação na sociedade civil organizada e fazem com que esta descredite a classe política como um todo; essa indignação, por sua vez, é o elemento catalisador dos movimentos sociais, que ao enxergarem uma crise de representatividade, buscam um lugar de fala legítimo para fazer política, alcançando mudanças efetivas e o devido reconhecimento pelo seus atos. É no embate, portanto, entre novos e velhos atores, que o sentido da política tem sido revisitado.

Ainda no contexto da redistribuição do poder da política entre novos e velhos atores, uma das estratégias utilizadas para manter-se bem colocado é a busca pela deslegitimação do lugar de fala do outro; o que parece acontecer de formas diferentes: os *políticos profissionais* acusam os movimentos sociais de estarem “fazendo política”, algo de cunho partidário e ideológico, e que estaria distante da busca pelo bem comum; já os movimentos sociais reivindicam um lugar de fala legítimo para a prática política, argumentando que os “profissionais do ramo” não a fazem, uma vez que sustentam-se

nos cargos públicos para os quais foram eleitos mediante as vantagens da *politicagem* – a acusação, neste caso, baseia-se no *não fazer* política.

Retomando o argumento dos novos sentidos dados à palavra *política*, os fatos aqui abordados indicam, ao menos, dois caminhos: quando da acusação feita pelo governador Geraldo Alckmin de que o movimento social de estudantes secundaristas estaria “fazendo política”, a palavra assumiu um sentido pejorativo; como a própria Eliana Brum colocou em seu texto¹⁷, o governador parecia tratar de algo obsceno. Em outras circunstâncias, quando este mesmo movimento secundarista afirmou não mais acreditar na “velha política”, havia aí uma referência às tradicionais práticas de conveniência que atendem a interesses pessoais em detrimento de interesses públicos; neste caso, sem grandes perdas, o termo poderia ser substituído por *politicagem*. Em ambos os casos, a política iria contra a sua própria essência, daquilo que cabe a todos e deve visar o bem comum.

Vivemos hoje a complexidade dos problemas sociais da nossa época; no caso aqui exposto, temos: 1- uma legítima ação política por partes de movimentos sociais sendo alvo de acusação; 2- a politicagem como carro chefe dos profissionais que compõem a classe política – salvo raras exceções; 3- a corrupção sendo pautada na imprensa local como assunto corriqueiro; 4- uma crise de representação política em estado desvelado. Embora tais fatos sejam inquestionáveis, a busca pelo fim do sistema democrático vigente, ou mesmo pela total deslegitimação da política nos parecem posições radicais. Innerarity (2017, p. 22) cita José Andrés Mora para ressaltar que “é possível que estejamos fazendo um diagnóstico errado da situação, como se a origem de todos os nossos males fosse o poder da política e não sua debilidade”.

Tão preocupante quanto os sentidos atribuídos à política, são as consequências advindas da formatação que ela possui no Brasil – *quem faz, como faz, com que finalidade se faz* –, o que renderia novas e extensas discussões. Por ora, vale frisar que não objetivei, com as reflexões aqui apresentadas, esgotar a questão, mas sim lançar indagações e tomá-las como ponto de partida para a construção de outros possíveis argumentos.

¹⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html. Visto em: 10 dez. 2017.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Coleção Os Pensadores. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dictionnaire Philosophique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

HOLMES, Leslie. **Corruption: a very short introduction**. Unitet State of America: Oxford University Press, 2015.

INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LACOUTURE, J. A história imediata. In: **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 2016-239.

RAMONEDA, Josep. A política e seus inimigos. In: INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 13-19.